
Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevôo

Marcio Silva



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1650>

DOI: 10.4000/pontourbe.1650

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Marcio Silva, « Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevôo », *Ponto Urbe* [Online], 7 | 2010, posto online no dia 31 dezembro 2010, consultado o 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1650> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1650

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 Abril 2019.

© NAU

Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevôo

Marcio Silva

- 1 Este artigo tem um duplo propósito. O primeiro é apresentar um panorama geral da rede de organizações indígenas na Amazônia brasileira, baseado em levantamento de campo efetuado no ano 2000. O segundo é sugerir que este fenômeno, pelo menos à primeira vista, mescla características de diferentes formas elementares da vida participativa. Tais organizações, que se apresentam ora como *movimentos sociais*, ora como *associações voluntárias*, ora como *organizações não governamentais*, em diversas esferas das políticas públicas na Amazônia, alteraram radicalmente um espaço em que as agências governamentais, até muito recentemente, reinavam com exclusividade.
- 2 O levantamento realizou entrevistas com representantes de duzentas e quatro organizações que, naquele momento, correspondiam a cerca de sessenta por cento do universo estimado de trezentas e quarenta e sete. Nessas entrevistas, procurou- obter informações gerais sobre tais agências, tais como o ano de fundação e a regularidade dos encontros com as bases por elas representadas, seus principais desafios, objetivos, modos de atuação e serviços prestados. Além disso, foram coletados dados que permitissem uma caracterização geral de suas dinâmicas internas, condições materiais, relação com o mercado de projetos, recursos humanos, despesas, fontes de financiamento e relações com outras organizações do mesmo tipo. O quadro aqui apresentado retrata uma rede que acaba de completar dez anos e que, em face da expressiva oferta de recursos e do acúmulo de experiências adquiridas no período, provavelmente hoje é bem mais complexa. Por outro lado, a julgar por informações recentes, muitos de seus traços gerais se mantêm inalterados.
- 3 Neste trabalho, adotamos o termo “organização” como categoria genérica para uma constelação de agências juridicamente constituídas como *associações da sociedade civil*, registradas em cartório ou em processo de registro, que ostentam títulos como

“organização”, “associação”, “centro”, “comissão”, “forum”, “conselho”, “união”, “movimento”, “federação”, “aliança”, “cooperativa”, “sociedade” e assim por diante.

A pesquisa:

- 4 Em junho de 2000, fui convidado pela COIAB - *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira*¹ para produzir, em cento e vinte dias, um levantamento preliminar das organizações indígenas da região. Durante os primeiros sessenta dias, minhas tarefas foram, em resumo, a produção de um roteiro de entrevistas, o treinamento de uma equipe de pesquisadores indígenas responsável pelo trabalho de campo e a supervisão da coleta de dados. Durante o período complementar, tabulei as informações, organizando-as em um banco de dados que foi implantado na COIAB. Tal atividade foi realizada em parceria com o PDPI², que garantiu recursos para o recrutamento da equipe de pesquisadores de campo, deslocamentos e realização das entrevistas. A pesquisa teve por finalidade produzir informações que colaborassem na montagem de futuros programas de apoio a iniciativas locais que visassem o incremento de atividades econômicas, proteção do território e valorização da cultura, a serem implementados a partir do ano seguinte.
- 5 Até aquele momento, as fontes sobre as organizações indígenas na Amazônia formavam um material bastante heterogêneo e fragmentário que não favorecia uma visão geral da rede, resumindo-se ao seguinte:
 1. Diretórios de nomes e siglas de organizações indígenas, em alguns casos contendo endereços ou telefones de contato;
 2. Textos opinativos ou de divulgação, produzidos por agentes indigenistas externos;
 3. Documentos, jornais e boletins assinados por organizações indígenas e
 4. Análises de situações locais, circunscritas à atuação de determinadas organizações ou lideranças indígenas, dispersas em textos notadamente voltados ao público acadêmico.
- 6 A pesquisa foi pautada pelos seguintes compromissos éticos: a cada organização indígena participante seriam assegurados o direito de ser informada dos objetivos do levantamento e o direito de livre acesso às informações que lhe dissessem respeito, que seriam arquivadas no banco de dados; seria também respeitado o direito de qualquer organização se recusar a participar do projeto, sem que isso implicasse qualquer consequência por parte das agências promotoras, COIAB e PDPI, que em nenhuma hipótese poderiam utilizar os dados coletados durante a pesquisa de campo para o prejuízo dessas organizações e que, além disso, se comprometiam a preservar as informações concedidas em caráter confidencial. O que vem a seguir corresponde a uma breve sistematização de informações levantadas na pesquisa de campo expressamente assinaladas como públicas.
- 7 Diante dos prazos estabelecidos, seria impraticável a realização de um estudo propriamente antropológico, baseado na observação cotidiana das atividades desenvolvidas por cada uma dessas organizações dispersas em uma área de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados. Para que o levantamento pudesse atingir, com prazos e recursos notadamente limitados, o maior número possível de agências, optou-se por uma metodologia centrada em entrevistas, a serem efetuadas em sessões de no máximo duas horas, concedidas por representantes dessas associações a pesquisadores indígenas que se deslocariam até suas sedes ou cidade mais próxima (*Anexo 1*).
- 8 O mapa da Amazônia brasileira foi então dividido em doze regiões, com base em critérios geopolíticos e operacionais (*Anexo 2*). O plano inicial previa que os pesquisadores

indígenas atuassem em suas regiões de origem, o que foi adequado em quase todos os casos. Em alguns, porém, notadamente marcados por disputas políticas mais agudas entre as organizações, essa estratégia não funcionou, já que o pesquisador era invariavelmente identificado a uma delas. Para que as organizações de tais regiões pudessem também ser estudadas, foi necessário deslocar pesquisadores de outras regiões. Apenas em uma determinada área, o Oeste de Mato Grosso, onde a COIAB não tinha qualquer contato naquela ocasião, foi preciso integrar na equipe um pesquisador não indígena.

- 9 As informações apresentadas abaixo estão baseadas exclusivamente nos depoimentos fornecidos por seus responsáveis. De um universo estimado de 347 organizações indígenas, a equipe de pesquisadores entrou em contato com 207. Dessas, 3 se recusaram a participar do levantamento. Do total de 204 organizações entrevistadas (*Anexo 3*), 2 eram sediadas em cidades fora da Amazônia, uma em Brasília e outra em São Paulo. A *Tabela 1* abaixo indica o total estimado de organizações por Unidades da Federação e o número efetivamente coberto pelo levantamento. Apenas em dois Estados, Maranhão e Tocantins, a quantidade de organizações pesquisadas não atingiu a marca de 50% do universo. Por outro lado, no Amazonas, Amapá e Rondônia, a pesquisa entrou em contato com mais de três quartos.
- 10 *Tabela 1: Organizações Indígenas da Amazônia brasileira, em 1º de Janeiro de 2001.*
- I. Número estimado de organizações por Estado (UF) da Amazônia brasileira,
 - II. Número de organizações pesquisadas e
 - III. Percentual coberto pelo mapeamento.

UF	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	Soma
I	23	97	6	68	58	24	38	20	13	347
II	12	76	5	15	32	16	30	12	6	204
III	52%	78%	83%	22%	55%	67%	79%	60%	46%	59%

O Cenário:

- 11 A Amazônia brasileira corresponde a uma área de 5.017.152 km² do território nacional. Este espaço abriga 169 povos indígenas, somando uma população superior a 230 mil indivíduos, o que corresponde a 1,3% da população total da região e a algo em torno de 60 % da população indígena do país³. Estes números não levam em conta a expressiva população indígena residente em zonas urbanas. Na maior parte dos casos, o contingente demográfico desses povos pode ser expresso em 3 dígitos, em uma escala que varia de 2 a 5, compondo um mosaico de mais de 130 línguas, de variados tipos de estrutura social, tradições culturais distintas e de diferentes modos de interação com a paisagem natural. Tal mosaico é ainda infletido por uma gama variada de situações interétnicas que definem processos que podem ter origem em passado remoto ou em tempos muito recentes.
- 12 No ano de 2000, a Amazônia brasileira abrigava 373 terras indígenas. Em 2010, este número subiu para 418, ocupando uma extensão total de 1.080.814 km², o que corresponde a cerca de 20% da região. Desenvolvendo padrões de ocupação territorial e

atividades econômicas com efeitos ambientais muito discretos, os povos indígenas da Amazônia brasileira têm garantido a conservação e a proteção da biodiversidade de um quinto da região⁴. Imagens de satélite não deixam dúvidas de que as terras indígenas estão entre aquelas em que se observam os mais altos graus de integridade ambiental de uma região cada vez mais submetida às pressões advindas da exploração mineral, energética, pesqueira e madeireira, da abertura de estradas e linhas de transmissão de energia, do incremento de projetos de colonização intensiva, do avanço da fronteira agrícola e pastoril, para não falar das queimadas, da poluição ambiental e dos processos erosivos, em escalas que saltam aos olhos de qualquer um.

- 13 A expansão da fronteira amazônica, a partir da década de 1960, foi desencadeada por processos de intervenção demográfica, social, econômica, cultural e ambiental, implementados por políticas de Estado, que alteraram profundamente as condições de vida na região, com efeitos importantes para os povos indígenas, assim como para as populações ribeirinhas e urbanas, como sugerem os seguintes indicadores. Em 1970, foram registrados na região 53.629 casos de malária. Em 1990, esse número ganhou mais um dígito: foram verificadas nada menos que 546.095 ocorrências da doença. Bastaria lembrar também que, se até os anos sessenta, as condições de receptividade que favoreciam a produção de endemias na região estavam fundamentalmente associadas a fatores ecológicos, hoje estão diretamente ligadas a processos sociais (Barros 1996: 315-323). Um último dado: durante o ano de 1998, o coeficiente de mortalidade infantil entre os Yanomami que vivem em território brasileiro, segundo a Fundação Nacional de Saúde, foi de 141 por mil nascidos vivos⁵, ou seja, quatro vezes maior que o coeficiente médio de mortalidade infantil da população brasileira, o que, diga-se de passagem, não é lá grande coisa.
- 14 A consideração deste cenário não pode, entretanto, ficar circunscrita aos locais em que se situam as bases dessas organizações indígenas, mas deve voltar-se também para um espaço sócio-político que se instaura quando, nas últimas décadas, a grande fronteira amazônica fragmentou-se “...em novas territorialidades de atores conflitivos, para quem ela tem significados diversos, que tentam se articular diretamente com o espaço transnacional” (Becker 1996:194). Tal fragmentação ocorreu em um contexto mundial notadamente marcado, a partir das últimas décadas do século XX, pela universalização de uma pauta social e ambiental que tem como fulcro o conceito de *desenvolvimento sustentável e participativo*. A incorporação da pauta foi acompanhada por um processo de capilarização da cooperação internacional, que passou a apoiar direta e seletivamente as iniciativas locais. Paralelamente, no plano nacional, o processo de transição democrática no país desencadeou a desmilitarização do indigenismo de Estado, a descentralização das responsabilidades administrativas e a terceirização dos serviços de assistência (educação e saúde, principalmente). Resumindo, a emergência de um movimento indígena na Amazônia brasileira corresponde a um fenômeno social multifacetado, vinculado a muitos planos, espaços e sentidos.
- 15 Neste novo cenário, as associações indígenas estão empenhadas em conquistar o acesso a um *mercado de projetos* (Albert 2000) sobre o qual não se dispõe senão de informações fragmentárias e avaliações subjetivas. *Mercado* em expansão, embora cada vez mais seletivo, nele circulam recursos de governos de países ricos, consórcios regionais, bancos multilaterais, agências de cooperação, fundações privadas, igrejas, instituições filantrópicas e assim por diante. *Mercado* que, no âmbito da questão indígena, foi até há pouco tempo, de acesso privativo a um número reduzido de agências indigenistas e

instituições missionárias. Mercado que, finalmente, passou a permitir às agências indígenas a captação direta de recursos para a gestão de *projetos de desenvolvimento*, de pequena escala, voltados às bases a que estão ligadas. Observemos essas agências mais de perto.

As Organizações Indígenas no limiar do século XXI

- 16 Começamos pela dinâmica de expansão desta rede de agências. No conjunto das organizações indígenas entrevistadas, apenas uma estava em funcionamento antes de 1980. Este número sobe para 5 em 1985, 39 em 1990, 94 em 1995 e 204 em 2000, revelando um universo que, três décadas após seu *big-bang*, vem se expandindo notavelmente. Das 204 entrevistadas, 138 funcionam em áreas indígenas e 66 em núcleos urbanos.
- 17 São, em sua maioria, agências de âmbito local, cujos nomes fazem referência a povos, territórios, aldeias, lugarejos, distritos, municípios, estados, cursos d'água, atividades econômicas e profissões como, por exemplo, *Associação das Comunidades Indígenas [do Rio] X*, *Conselho Indígena [do Povo] Y*, *Organização dos Agricultores Indígenas do [Estado Z]*. De um total de 204, apenas 7 reivindicam a representação do contingente multiétnico de um Estado ou de uma grande região. Enquanto isso, 96 estão voltadas a um único povo e 46 a uma única comunidade. Uma pequena fração é composta por associações de mulheres (7), estudantes (3), agentes de saúde (3), cooperativas (2), centro cultural (1) e fórum temático (1). Além disso, 164 eram registradas em cartório e 111 participavam de algum conselho de órgão público ou de outra organização. À proporção que se afastam das esferas locais, as organizações podem sobrepor suas bases, o que não necessariamente acarreta disputas políticas de representação. Ao contrário.
- 18 No universo pesquisado, a criação de 147 associações (aproximadamente 3/4 do total) contou com o apoio direto de lideranças do movimento indígena (57), de funcionários do órgão indigenista oficial (55) ou de outras autarquias e programas federais, estaduais ou municipais (22), missionários (42), membros de organizações não-governamentais (29), centros universitários (7) e empresas (2). Outras 57 associações afirmam ter sido criadas sem qualquer apoio desses segmentos, embora boa parte reconheça o estímulo ou a inspiração de experiências comunitárias em áreas ou regiões vizinhas.
- 19 As reações espontâneas à pergunta sobre o que motivou a criação da organização revelam duas grandes tendências: 59% das respostas evocam a necessidade de organizar um instrumento de representação política para a reivindicação de direitos territoriais e serviços de assistência (saúde e educação) e 32% sublinham a necessidade de dispor de um instrumento capaz de buscar recursos para o desenvolvimento de projetos de apoio à produção, geração de renda ou recuperação de áreas degradadas. Além dessas duas grandes tendências, um dado chama a atenção: Para 9% dos entrevistados, a criação de suas organizações foi motivada por razões de “*política interna*”, para usar um eufemismo recorrente nas entrevistas. Em outras palavras, como reações de desagravo a organizações controladas por facções políticas adversárias, revelando em muitos casos também disputas político-partidárias, religiosas ou competições entre agentes externos rivais, que também disputam entre si financiamento e prestígio.
- 20 Perguntados se as bases compreendiam a importância da organização, 111 representantes declararam que “sim”, 52 “mais ou menos”, 11 “pouco”, 3 “não” e 27 não responderam à questão. Ainda segundo eles, a organização é avaliada como “ótima” em 41 casos, “boa”

em 88, “regular” em 35, “fraca” em 12. Os 28 restantes não responderam. Para 128 entrevistados, a avaliação da organização que representam tem melhorado, para 40 permanece estável, para 2 piorou e 34 preferiram não se pronunciar sobre o tema.

- 21 Por diversas razões, cerca de um quarto das organizações já interrompeu suas atividades por algum período. Perguntados sobre a frequência de realização de reuniões com suas bases, 62 representantes declararam promover pelo menos um encontro geral por semestre, 84 afirmaram promover eventos anuais, 30 de dois em dois anos e 28 não forneceram informações. Em 70 casos, tais reuniões se realizam sem local pré-determinado, 26 nos espaços da comunidade, 54 na sede da organização. Entre as 30 que realizam seus encontros em cidades da região, 27 o fazem em local cedido e 3 em local alugado. Não há informação sobre o local de realização de encontros de 23 organizações, criadas muito recentemente.
- 22 A pesquisa procurou obter dos entrevistados uma lista dos problemas mais sérios de suas bases, dos objetivos principais da associação, dos serviços por ela prestados e das atividades realizadas nos últimos doze meses. As tabelas abaixo se baseiam em depoimentos espontâneos:
- 23 *Tabela 2: Principais problemas das bases.*

Problemas	<i>Frequência</i>
Danos ou ameaça aos recursos naturais do território	93%
Problemas econômicos e de geração de renda	77%
Deficiência dos serviços de assistência à saúde	53%
Deficiência dos serviços educacionais	51%
Impasses fundiários	42%
Questões de política interna	33%
Alcoolismo, narcotráfico, prostituição	7%

- 24 Como era de se esperar, os objetivos definidos por cada organização, assim como os serviços por ela prestados, não poderiam deixar de refletir este quadro de preocupações. Porém, o que chama atenção é a diversidade de respostas formuladas em cada caso, para esses desafios. Seria enfadonho listar aqui todas elas com seu percentual de ocorrência. Enumeremos apenas as mais frequentes:

- 25 *Tabela 3: Objetivos e Serviços:*

Ações de afirmação cultural
Realização de projetos de desenvolvimento (econômicos de infra-estrutura e ambientais)
Organização de cursos para os mais variados fins

Articulações políticas e reuniões
Elaboração de material educacional
Realização de assembleias
Organização do trabalho comunitário
Atividades de apoio ao escoamento e comercialização da produção
Regularização de documentação pessoal dos associados
Encaminhamento de pedidos de aposentadoria
Acompanhamento de processos de contratação de professores e agentes de saúde
Demarcação do território abertura de picadas e reavivitação de limites
Transporte terrestre ou fluvial de passageiros e cargas
Gerência de distritos sanitários e de polos-base de saúde
Assistência jurídica a associados envolvidos em questões penais
Participação em manifestações políticas na cidade
Organização de encontros de confraternização, campeonatos de futebol etc.
Construção ou manutenção da sede
Hospedagem de pessoas em trânsito na cidade

- 26 Isso para não falar da participação em conselhos, que também mobiliza um expressivo contingente. Para se ter uma ideia, a pesquisa registrou 73 participações de representantes de organizações indígenas em conselhos de saúde, 25 em conselhos de educação e 64 em conselhos de outra organização.
- 27 113 organizações (55%) declararam ter alguma experiência, em maior ou menor grau, com a gestão de *projetos*, figuras-chaves desse universo. Porém, apenas 54 afirmaram conhecer todas as suas etapas de realização (elaboração, execução e prestação de contas), contando, em muitos casos, com a colaboração de terceiros. Lideranças indígenas ou seus assessores, funcionários federais e membros de organização não-governamental estão entre aqueles agentes que mais têm colaborado na montagem, negociação e gestão desses projetos. Em grau um pouco mais discreto de participação neste tipo de atividade, nos últimos anos, encontram-se os agentes missionários. Por último estão os funcionários estaduais ou municipais e os pesquisadores de universidades. Parcerias e projetos, convém notar, tendem a andar de braços dados: 77,5% das associações sem parceiros externos nunca tiveram acesso ao mercado de projetos. Este percentual cai para 35,4%, no universo das associações com algum vínculo de parceria.
- 28 Como revela a lista de atividades apresentada na *Tabela 3*, as organizações indígenas, de um modo geral, não se dedicam exclusivamente à realização de *projetos* tais como as

agências financiadoras os concebem, mas também atendeu a uma variada demanda que vai, como vimos, da organização de atividades de lazer à participação em manifestações políticas na cidade, do transporte de mercadorias para a comercialização à hospedagem de parentes em trânsito, da organização de trabalhos comunitários à prestação de serviços de despachante. Para a realização deste conjunto de tarefas, 164 associações pesquisadas (cerca de 80%) declararam contar com o apoio de parceiros de vários setores e de amigos, que parecem colaborar em caráter pessoal.

29 O quadro abaixo indica o número e o percentual de associações apoiadas por cada um desses setores. Em face de dificuldades de quantificação, este quadro não inclui a costumeira ocorrência, registrada na pesquisa, de apoios prestados em caráter pessoal, que remetem a redes de parentesco, amizade, vizinhança, freguesia, frequentemente entrecruzadas, compondo situações cuja complexidade sugere estudos com mais profundidade.

30 *Tabela 4: Apoios institucionais recebidos pelas Organizações Indígenas.*

<i>Agências de apoio</i>	<i>Número de organizações apoiadas</i>	<i>%</i>
Movimento Indígena	131	64%
Agências ou Programas Governamentais	114	56%
Agências Missionárias	72	35%
Organizações Não-Governamentais	48	24%
Universidades e Centros de Pesquisa	45	22%
Fundações Privadas Internacionais	43	21%
Fundações Privadas Nacionais	13	6%
Empresas	13	6%

31 Gostaríamos de encerrar a caracterização dessa paisagem, chamando a atenção para as dificuldades operacionais com as quais essas organizações se defrontam. Uma delas aparentemente tem sido a de obtenção de financiamento para a execução de atividades tipicamente políticas, como assembleias e outros eventos de participação coletiva, notadamente manifestada por aquelas associações cujas bases não estão concentradas em um único local. Outra dificuldade está na interface com a burocracia, efeito colateral do ingresso no mercado de projetos, que ora cobra dessas organizações a incorporação instantânea de uma racionalidade weberiana em suas dinâmicas, ora a elas se apresenta como um pesadelo kafkiano.

32 O acesso ao mercado de projetos, em suma, tem um preço, que se traduz em demandas gerenciais crescentes e de toda ordem: serviços de secretaria, contabilidade, assessorias técnicas e capacitação de recursos humanos para as mais variadas atividades. Assim, se a penúria é o principal pesadelo das *organizações-sem-projeto*, os formulários, expedientes, certidões, relatórios de atividades, prestações de conta etc. são ora a pedra no sapato, ora

- o calcanhar de Aquiles das *organizações-com-projeto*, que muito raramente dispõem de setores treinados para lidar com tais demandas.
- 33 Por outro lado, convém deixar claro que os entrevistados foram praticamente unânimes em afirmar que o acesso ao mercado de projetos corresponde a um objetivo estratégico prioritário. Em primeiro lugar, porque propicia um volume de recursos sem precedentes para a promoção de atividades e serviços que respondem a demandas reais de seus associados, notadamente nos contextos em que as condições de vida são ou passaram a ser muito precárias. Para muitos representantes dessas organizações, a conquista deste mercado corresponde também a um imperativo nos processos de afirmação identitária dos povos indígenas frente à sociedade brasileira, diante de agências com as quais os povos historicamente mantêm relações marcadas pela desqualificação de sua capacidade para gerir os recursos naturais de seus territórios, seus projetos de desenvolvimento e até mesmo seus planos de futuro.
- 34 Os elementos sobre as organizações indígenas na Amazônia produzidos pelo levantamento certamente desafiam a imaginação antropológica, mas recomendam cautela diante das tentações generalizantes. Nesse sentido, convém assinalar que embora este artigo faça uso extensivo de dados quantitativos, seu objetivo é mais impressionista que propriamente estatístico. Esses dados, não obstante, podem colaborar na reflexão sobre os *kits* de ferramentas analíticas que a disciplina dispõe para o estudo de fenômenos sociais novos como esse. A título de conclusão, consideremos brevemente um desses *kits*, que procura dar conta das formas de participação.
- 35 Em inúmeros textos sobre os processos contemporâneos de universalização da cidadania, algumas formas elementares de participação tendem a ocupar um lugar de destaque: os “*movimentos sociais*”, as “*associações voluntárias*” e as “*ONGs*”. Tais formas, embora guardem um certo ar de família, remetem a fenômenos sociais que não são os mesmos. Para os fins deste artigo, bastaria que evocássemos algumas diferenças flagradas entre eles.
- 36 Os movimentos sociais correspondem a fenômenos de certa forma mais instáveis no tempo e no espaço social que as associações voluntárias e as ONGs. Frutos de “*uma consciência de grupo e de afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesmas pressões*” (Rios 1987:799), os movimentos sociais traduzem “*tentativas coletivas de provocar mudanças ... em determinadas instituições sociais ou de criar uma nova ordem social*” (op.cit.798). Além disso, são frequentemente conduzidos por *lideranças carismáticas*, quase nunca instituídas por procedimentos regulares de representação. Além disso, mobilizam-se em torno de uma *causa*, organizando ações coletivas, sem fazer uso de regimentos ou estatutos.
- 37 Enquanto isso, as associações voluntárias, embora também aglutinem afinidades individuais em relação a uma determinada causa, costumam definir contornos institucionais bem mais precisos, assim como processos razoavelmente regulamentados de recrutamento, organização interna e representação. Além disso, podem formular objetivos que não se restringem, ou não dizem respeito, a uma pauta estritamente política, como atividades assistenciais, recreativas etc. Se, na cultura política brasileira contemporânea, os movimentos sociais produzem “*companheiros*” e “*lideranças*”, as associações voluntárias definem “*membros*” e “*representantes*”, que passam a falar em nome de seus “*associados*” e de suas “*bases*”, que podem ser moradores de um bairro, portadores de doença crônica, colegas de profissão e assim por diante.
- 38 Por outro lado, as associações voluntárias e as ONGs, da mesma forma, são figuras que não se confundem. Enquanto as primeiras podem eventualmente corresponder a partes

orgânicas de estruturas maiores, como igrejas ou partidos políticos, no universo das últimas isso raramente acontece. Além disso, ao contrário das associações, as ONGs tendem a profissionalizar seus quadros e serviços. Embora coexistam no espaço contemporâneo, convém lembrar também que essas duas formas de participação não têm a mesma idade. As associações são instrumentos muito mais antigos que as ONGs. Frutos da cooperação internacional e de políticas recentes de organismos multilaterais como o PNUD, a UNESCO e o Banco Mundial, as ONGs delas dependem para o exercício de atividades sociais que geralmente não se auto-sustentam (Fernandes 1996:25). Criadoras e criaturas de um mercado de projetos operado por essas agências internacionais, as ONGs tendem, justamente por isso, a incorporar uma pauta *global* por elas consagrada, mesmo quando estão voltadas a realidades *locais*. Além disso, a necessidade de proteção de nichos de um mercado de projetos cada vez mais disputado tende a levar as ONGs, “*mesmo involuntariamente, [...] a introduzir a lógica pragmática da eficiência institucional*” (Fernandes 1996:25-26) em suas formas de organização. Nesse universo, deixam de circular as “*lideranças carismáticas*” dos movimentos sociais e os “*representantes*” das associações voluntárias, para entrar em cena os “*coordenadores executivos*”.

- 39 Ora, as organizações indígenas, como acabamos de observar, imbricam inextricavelmente essas três formas de participação nas políticas públicas. Com palavras de ordem e reivindicações como os movimentos sociais, com uma gama de atividades voltadas às bases típicas das associações voluntárias e com projetos *politicamente corretos* como as ONGs, o discurso de seus porta-vozes mescla categorias que são características de cada uma dessas três modalidades de participação.
- 40 Mas isso não é tudo. Os dados que acabamos de observar revelam também mundos infletidos por outras formas de solidariedade, residuais do ponto de vista da cooperação internacional, mas centrais do ponto de vista das culturas de seus atores, como o parentesco, a segmentaridade, a vizinhança, a chefia e assim por diante. A proposta aqui esboçada, como hipótese de trabalho, de que o fenômeno das organizações indígenas emerge na encruzilhada de diversos códigos talvez nos ajude também a situar algumas polêmicas que ele continua suscitando, na assim chamada antropologia da ação, seara que no Brasil denominamos tradicionalmente de *indigenismo* e, mais recentemente, de *etnodesenvolvimento*. Sem pretender mapeá-las aqui, contento-me em evocar aquelas em torno de questões como a “*capacidade gerencial das associações*”, a “*legitimidade das lideranças*”, a “*representatividade das organizações*”, a “*eficácia das mobilizações*”, assim como aquelas que apontam os “*riscos do assistencialismo, do imediatismo, do clientelismo*” e assim por diante. Querelas que talvez permitam menos entender o fenômeno das organizações indígenas, que os interesses, as ideias e os valores de seus intermediários.
- 41 Por último, é preciso mais uma vez assinalar que os contornos da paisagem que se pode entrever através dos números aqui apresentados foram certamente alterados nos últimos dez anos, principalmente em função do vertiginoso crescimento do mercado de projetos, com uma oferta de volumes de recursos sem precedentes, graças à terceirização dos serviços de saúde favorecida pelo modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, a partir de 1999, e a implementação dos projetos apoiados pelo PDPI, a partir de 2001. Esperamos que este pequeno artigo estimule a realização de novas pesquisas e novas reflexões sobre essas organizações.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, M. 1996. “A questão da saúde na Amazônia”. In: PAVAN, C. (coord.) *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Editora UNESP, Vol. 2

BECKER, B. 1996. “Significado geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia”. In: PAVAN, C. (coord.) *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Editora UNESP, Vol. 3

FERNANDES, R.C. 1995. “Elos de uma cidadania global”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28.

FERGUSON, J. 1996. “Development”. BARNARD, A & SPENCER, J. (eds.) *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*.

LÉVI-STRAUSS, C. 1954. “Lugar da Antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino” UNESCO /Antropologia Estrutural.

RIOS, J.A. 1982. “Movimentos Sociais”. *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas / Ministério da Educação.

RODRIGUES, A D. 1986. *Línguas Brasileiras*. Edições Loyola.

STAVENHAGEN, R. 1985. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no Pensamento Desenvolvimentista”. *Anuário Antropológico* 84.

STORTO, L. 1996. “A Report on language endangerment in Brazil”. In: *Papers on Language and the Maintenance of Linguistic Diversity*. The MIT Working Papers in Linguistics, Vol. 28.

ANEXOS

ANEXOS

Anexo 1: Áreas de Pesquisas e Pesquisadores

a) As doze áreas de pesquisa da Amazônia Brasileira definidas pela pesquisa
Rio Negro
Rio Solimões e Manaus
Baixo Amazonas
Pará
Amapá
Maranhão e Tocantins
Leste do Mato Grosso
Oeste do Mato Grosso

Rondônia e Sul do Amazonas
Purus
Acre
Roraima

b) Pesquisadores participantes	Número de Entrevistas Realizadas
Agnelo Temrité Wadzatsé	19
Antônio Sarmiento dos Santos	10
Aracaí Matos de Souza	21
Coaraci Macial Gabriel	5
Gerson Severino da Silva	12
José Maria Gomes Lana	39
Marcos Apurinã	32
Maria do Carmo Trindade Serra	32
Moisés Gonzaga Semani	6
Noberto Cruz da Silva	15
Sérgio Muxi Tembê	6
Zivaldo Teles Amorim	7

Anexo2: Abrangência do levantamento. Número de Organizações Indígenas pesquisadas, por Município e Unidade da Federação.

I = Unidade da Federação

II= Município

III= Número de Organizações Indígenas contatadas pelo levantamento.

I	II	III	I	II	III
AC	Rio Branco	1	MT	São Felix do Araguaia	1
AC	Mâncio Lima	2	MT	Juína	2

AC	Tarauacá	5	MT	Primavera do Oeste	2
AC	Feijó	3	MT	Primavera do Leste	1
AC	Cruzeiro do Sul	1	MT	Rondonópolis	1
AM	Barreirinha	1	MT	N. Xavantina	1
AM	Parintins	3	MT	Sapezal	1
AM	Manaus	7	MT	Tangará da Serra	3
AM	Lábrea	1	PA	Belém	2
AM	Maués	2	PA	Santa Maria	1
AM	Santa Isabel do Rio Negro	1	PA	Santarém	1
AM	São Gabriel da Cachoeira	37	PA	Santa Maria das Barreiras	1
AM	Benjamin Constant	3	PA	Tomé-Açu	1
AM	Humaitá	2	PA	Tucuruí	1
AM	Tabatinga	1	PA	Altamira	3
AM	Tefé	3	PA	São Domingos do Araguaia	1
AM	Barcelos	1	PA	Jacundá	1
AM	Autazes	4	PA	Jacareacanga	2
AM	Atalaia do Norte	1	PA	Marabá	1
AM	Nhamundá	1	PA	Capitão Poço	1
AM	Benjamim Constant	8	RO	Guajará-Mirim	4
AP	Oiapoque	2	RO	Cacoal	5
AP	Macapá	3	RO	Vilhena	4
DF	Brasília	1	RO	Guajara-Mirim	1
MA	Grajaú	4	RO	Guajará Mirim	2
MA	Carolina	2	RO	Ji-Paraná	6
MA	Barra do Corda	1	RO	Porto Velho	8
MA	Amarante	8	RR	Boa Vista	13
MT	General Carneiro	1	RR	Pacaraima	2

MT	Cuiabá	1	SP	São Paulo	1
MT	Água Boa	2	TO	Tocantínia	3
MT	Campinápolis	3	TO	Tocantinópolis	1
MT	Brasnorte	1	TO	Itacajá	1
MT	Barra do Garças	6	TO	Araguaína	1
MT	Canarana	4		TOTAL	207

Anexo 3: Organizações Indígenas participantes da pesquisa:

1	Aliança para a Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima
2	Associação Agrária do Povo Indígena de Rio Branco
3	Associação Agrária do Povo Indígena do Igarapé Lourdes (Gavião)
4	Associação Agro-Extrativista Pokonawa Barão de Ipiranga
5	Associação Área Indígena Bacurizinho
6	Associação A'uwê Uptabi
7	Associação Bensabehô
8	Associação Comunitária Bororo de Meruri
9	Associação Comunitária da Aldeia Borges Faveiro
10	Associação Comunitária da Aldeia Mucura João Tawi
11	Associação Comunitária da Aldeia PIN Arariboia
12	Associação Comunitária da Aldeia Riachinho
13	Associação Comunitária da Aldeia Rubiácea
14	Associação Comunitária dos Índios Moradores da Aldeia Dom Bosco
15	Associação Comunitária Indígena Kremp'kateiê
16	Associação Comunitária Nairuy Taw
17	Associação Comunitária Pacuripy
18	Associação Comunitária Paipuràg
19	Associação Comunitária Pinoatyn

20	Associação Comunitária Shanenawá Morada Nova
21	Associação Comunitária Tupanuhu
22	Associação da Comunidade Filadélfia
23	Associação da Comunidade Indígena de Sangradouro
24	Associação da Comunidade Indígena Fontoura (Karajá)
25	Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões
26	Associação das Aldeias Krahô
27	Associação das Comunidades Indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié
28	Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
29	Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
30	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
31	Associação das Comunidades indígenas do Rio Ayari
32	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho
33	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari
34	Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Bom Caminho
35	Associação das Mulheres Indígenas de Assunção do Içana
36	Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro Residentes em Manaus
37	Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté
38	Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié
39	Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Maué
40	Associação das Mulheres Indígenas Ticunas
41	Associação das Tribos Indígenas do Alto Tiquié
42	Associação de Pais e Mestres das Aldeias Nova, Rio Vermelho e Bacuri
43	Associação de Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal Povo Indígena Terena
44	Associação do Grupo Indígena Tembê do Alto Rio Guamá
45	Associação do Povo Indígena Amondawa
46	Associação do Povo Indígena Aruá e Macurap

47	Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu - Km17
48	Associação do Povo Indígena Karitiana (Akot Pytim ADNIPA)
49	Associação do Povo Indígena Suruí GAMIR
50	Associação do Povo Indígena Tenharim Moronguitá
51	Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau
52	Associação do Povo Indígena Zoró-Pangyjej
53	Associação dos Agentes de Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro
54	Associação dos Artesãos Indígenas
55	Associação dos Educadores Indígenas do Distrito de Iauareté
56	Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões
57	Associação dos Povos Indígenas de Roraima
58	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
59	Associação dos Povos Indígenas do Rio Gurupi
60	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque
61	Associação dos Povos Indígenas Tupi dos Estados do MT, AP, PA e MA
62	Associação dos Povos Indígenas Wayãpi - Triângulo do Amapari
63	Associação dos Produtores de Artesanato das Mulheres Indígenas Kaxinawa de Tarauacá e Jordão
64	Associação dos Produtores Indígenas da Barata
65	Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá
66	Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
67	Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauareté
68	Associação dos Xavantes de Pimentel Barbosa
69	Associação Galiby-Marworno
70	Associação Halitinã
71	Associação Indígena Sagarana
72	Associação Indígena Awo'Xo'Hwara

73	Associação Indígena Bep Noi de Defesa do Povo Xicrin do Cateté
74	Associação Indígena Bruprê
75	Associação Indígena da Aldeia Urerê
76	Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito de Iauareté
77	Associação Indígena de Barcelos
78	Associação Indígena de Saúde Pública de Iauareté
79	Associação Indígena do Baixo Içana
80	Associação Indígena do Balaio
81	Associação Indígena do Povo Aikewara do Sororó
82	Associação Indígena do Povo Assurini do Trocará
83	Associação Indígena do Povo M'bya Guarani
84	Associação Indígena Doá Txatô
85	Associação Indígena Duwi
86	Associação Indígena Jacuí
87	Associação Indígena Jamaitô
88	Associação Indígena Kôlimacê
89	Associação Indígena Krinhiduré
90	Associação Indígena Mamaindê Yolotinay
91	Associação Indígena Nambikwara Sawentenukatsu
92	Associação Indígena Nukini
93	Associação Indígena Potyra-Capuano
94	Associação Indígena Pussuru
95	Associação Indígena Rikbaktsa
96	Associação Indígena Rio Guaporé
97	Associação Indígena Rio Negro Ocaia
98	Associação Indígena Sakrepra
99	Associação Indígena Santo André

100	Associação Indígena Tanajura
101	Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu
102	Associação Indígena Xavante da Aldeia Sagrada Família
103	Associação Indígena Xavante Norõtsu'rá
104	Associação Indígena Xipaya e Kuruiaia
105	Associação Indígena Zyhatyw
106	Associação Karajá
107	Associação Krikâwra Kurerê Krâinisdu
108	Associação Marãiwatsedé
109	Associação Marimbu Indígena Xavante
110	Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê, Kwasá e Sabanê
111	Associação Mutirão Comunitário das Malocas da Barata e Adjacências
112	Associação Norte Matogrossense
113	Associação Nunerimanê do Povo Indígena Apurinã de Rondônia
114	Associação Ö'a'awê Cachoeira Bonita
115	Associação One Tiholazene
116	Associação Öwapu
117	Associação Pamaré do Povo Indígena Cinta Larga
118	Associação Pariwawi A'uwê
119	Associação Povo Arara
120	Associação Programa São Marcos
121	Associação Regional Indígena do Baixo São Marcos
122	Associação Seringueira do Povo Indígena do Rio Humaitá
123	Associação Terra Indígena Xingu
124	Associação Wakletsu
125	Associação Wanak Mehinako
126	Associação Watikoly

127	Associação Waymare
128	Associação Wedetetepa
129	Associação Xavante Warã
130	Associação Yanomami do Rio Cauboris
131	Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto
132	Casa da Cultura e Educação Ambiental dos Povos indígenas do Xingu
133	Comissão dos Professores Timbira do Maranhão e Tocantins
134	Comissão Indígena do Japurá
135	Comunidade Indígena Pari Cachoeira
136	Conselho das Aldeias Waiãpi
137	Conselho das Organizações Indígenas das Bacias do Araguaia e Tocantins
138	Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
139	Conselho Deliberativo Comunitário
140	Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia
141	Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé
142	Conselho Geral da Tribo Ticuna
143	Conselho Indígena de Roraima
144	Conselho Indígena do Vale do Javari
145	Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiuns
146	Conselho Indígena Mundurucu do Alto Tapajós
147	Conselho Indígena Mura
148	Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro
149	Cooperativa de Trabalho dos Artesões Indígenas de Rondônia
150	Cooperativa dos Agricultores Indígenas de Roraima
151	Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas
152	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

153	Coordenação de Apoio aos Índios Cocama
154	Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté
155	Federação das Organizações dos Caciques das Comunidades da Tribo Ticuna
156	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
157	Federação dos Povos Indígenas do Estado do Mato Grosso
158	Feira de Artesanato Indígena da Amazônia Brasileira
159	Kwarup Organização Indígena do Xingu
160	Movimento das Famílias Indígenas Moradoras da Cidade de Altamira
161	Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas
162	Namunkura Associação Xavante
163	Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna do Alto Solimões
164	Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
165	Organização das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana
166	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
167	Organização das Nações Indígenas do Alto Rio Papuri
168	Organização das Nações Indígenas do Médio Papuri
169	Organização de Agentes de Saúde do Povo Ticuna
170	Organização de Agricultores e Extrativistas Tamanduá do Rio Gregório
171	Organização de Desenvolvimento Indígena Xavante
172	Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões
173	Organização do Povo Hixkaryana
174	Organização do Povo Indígena Parintintin da Amazônia
175	Organização dos Agentes de Saúde Indígena Mura
176	Organização dos Agentes de Saúde Indígena Sateré-Mawé
177	Organização dos Agentes Indígenas de Saúde Sateré-Mawé
178	Organização dos Estudantes Indígenas Mura
179	Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamãe

180	Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá
181	Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão
182	Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus
183	Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira
184	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
185	Organização dos Professores Indígenas de Rondônia
186	Organização dos Professores Indígenas de Roraima
187	Organização dos Professores Indígenas Mura
188	Organização dos Professores Indígenas Satere-Mawé
189	Organização dos Tuchauas Marau, Urupadi e Majuru
190	Organização Geral de Mulheres Indígenas Ticunas do Alto Solimões
191	Organização Geral dos Estudantes Indígenas da Tribo Ticuna do Amazonas
192	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües
193	Organização Indígena Centro Iauareté
194	Organização Indígena da Bacia do Içana
195	Organização Indígena de Bela Vista
196	Organização Metareilá do Povo Suruí
197	Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental
198	União das Nações Indígenas de Tefé
199	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas
200	União das Nações Indígenas do Baixo Içana
201	União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté
202	União das Nações Indígenas do Rio Tiquié
203	União das Nações Indígenas Vaupés Acima
204	Womu'e Karia, Marau, Urupadi, Piaria Esaikap

NOTAS

1. Na época em que o levantamento foi realizado, a COIAB (<http://www.coiab.com.br/>) era coordenada pelo Sr. Euclides Pereira.
 2. O PDPI (<http://www.mma.gov.br/ppg7/pdpi/>) é um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), estimulado pelo avanço da demarcação das Terras Indígenas e pelo desafio posterior de sua sustentabilidade, vinculado ao Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, no âmbito da cooperação internacional, como parte do Programa Piloto (ex- PPG7). A maior parte das iniciativas é gerenciada diretamente por organizações indígenas. Operado a partir de 2001, tem previsão de funcionamento até 2012, com recursos da cooperação internacional (13 milhões de euros do governo alemão e 3 milhões de libras do governo inglês) e contrapartida do governo brasileiro (5 milhões de reais). Na época em que o levantamento foi realizado, o PDPI era coordenado pelo Sr. Gersen dos Santos Luciano.
 3. Fontes demográficas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Censo 1991, Fundação Nacional do Índio – FUNAI 1996 e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA 2000. Fontes lingüísticas: Rodrigues 1986 e Storto 1996.
 4. Fonte: Albert 2000.
 5. Fonte: Fundação Nacional de Saúde. Relatório anual de saúde indígena. Brasília, Coordenação de Saúde do Índio, 1998.
-

RESUMOS

A Amazônia brasileira abriga uma paisagem sociológica marcada por uma notável heterogeneidade cultural e linguística e por processos históricos com muitas peculiaridades locais. Neste cenário emergiram nas últimas décadas 347 organizações indígenas, segundo estimativas feitas em 2000. Grande parte dessas organizações está primordialmente voltada à captação de recursos externos para projetos de desenvolvimento, programas de proteção das terras e dos recursos naturais e prestação de serviços de assistência à saúde. No que concerne às suas ambições políticas, muitas se definem como porta-vozes de comunidades, regiões ou povos indígenas específicos, enquanto outras congregam segmentos profissionais ou sociais distintos, tais como professores, agentes de saúde, estudantes, mulheres etc.. Curiosamente, toda essa diversidade não parece refletir-se nas configurações e dinâmicas internas dessas organizações que, com poucas exceções, vieram a adotar fielmente o modelo institucional das associações civis, prescritas na legislação brasileira. Além disso, suas pautas de reivindicação têm revelado uma notável recorrência conceitual e discursiva. Este artigo visa explorar questões que este panorama formula para uma antropologia da ação.

The Brazilian Amazon is a sociological landscape of notable cultural and linguistic variability within which broad historical trends are refracted through a patchwork of unique micro-histories. Over the past decades, some 347 indigenous organizations have emerged from this heterogeneous setting according to estimates in 2000. The majority of these organizations were formed with the aim of attracting funding for local development, safeguarding natural resources

and territory, and for healthcare. In defining their sphere of political activity, many organizations represent themselves as the public spokespersons for communities, regions or specific peoples, while others are composed of specific social or occupational categories, such as teachers, health agents, students, women, etc. However, this diversity is not reflected in the formal configuration and some internal dynamics of these organizations which, with few exceptions, have adhered to the institutional model for civic associations prescribed in Brazilian legislation. In the same vein, the agenda for action and demands of most groups reveal a striking conceptual and discursive uniformity. The present paper aims to explore some questions this panorama presents for an applied anthropology.

ÍNDICE

Keywords: indigenous organization, Brazilian Amazon, public policies, participation

Palavras-chave: organizações indígenas, Amazônia brasileira, políticas públicas, participação

AUTOR

MARCIO SILVA

Prof. Dr. do Departamento de Antropologia da USP- FFLCH

marciofs@uol.com.br